



# **SENADO FEDERAL**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

### **Nº 41, DE 2008**

Susta a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 19 e do disposto no parágrafo único do art. 24 da Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, do Ministério da Justiça, que *regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica sustada a aplicação do disposto no parágrafo único do art. 19 e do disposto no parágrafo único do art. 24 da Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, do Ministério da Justiça.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Portaria nº 1.220, de 11 de julho de 2007, editada pelo Ministério da Justiça, institui normas relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres. A medida regulamenta disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, que obriga os televisores a conterem dispositivos que permitam o bloqueio de programação indesejada.

Entre outras determinações, a norma prevê horários para a transmissão de programas inadequados a crianças e adolescentes e vincula categorias a faixas horárias de exibição, estabelecendo, no parágrafo único do art. 19, a obrigatoriedade da observância dos diferentes fusos horários vigentes no País.

Conquanto a regulamentação da classificação indicativa encontre amparo em dispositivos constitucionais e legais que atribuem essa competência ao Poder Público, é preciso atentar para a transgressão desses limites pelo ato regulamentar editado pelo Poder Executivo.

Preliminarmente, observe-se que a atuação estatal no que tange à classificação indicativa dos programas de rádio e televisão deve ater-se ao estabelecido pelos arts. 21, inciso XVI, e 220, § 3º, inciso II, da Constituição. Ou seja, a competência da União neste particular deve ser entendida como de caráter meramente informativo, desprovida de capacidade para intervir ou determinar a conduta a ser adotada pelas emissoras.

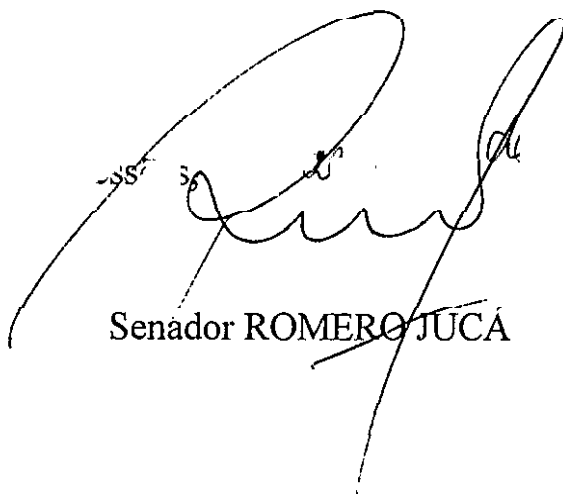
Além disso, registrem-se os efeitos deletérios que a implantação do disposto no parágrafo único do art. 19 da portaria em tela terá sobre dezenas de emissoras de pequeno e médio portes, bem como sobre milhares de pequenos anunciantes das regiões geográficas com fuso horário distinto do oficial de Brasília.

De fato, a entrada em vigor dessa exigência impõe a necessidade de que as emissoras locais das regiões afetadas atrasem sua programação em bloco, transmitindo a mesma com uma ou duas horas de atraso em relação à emissora cabeça-de-rede. Como consequência, essas emissoras teriam de investir na aquisição de equipamentos e contratação de pessoal para a gravação dos programas e posterior transmissão de reprises do que já foi ao ar em outras regiões do País.

De outra parte, a alternativa de os telespectadores optarem pela compra de antenas parabólicas e assistirem a programação das emissoras cabeças-de-rede, que não incorporam a programação regional, nem tampouco as ofertas de bens e serviços locais, teria impactos econômicos negativos incalculáveis para o desenvolvimento das respectivas regiões.

Pelas razões expostas, com fundamento no art. 49, V da Constituição Federal, apresentamos o presente Projeto de Decreto Legislativo para sustar a aplicação do parágrafo único do art. 19 da Portaria nº 1.220, de 2007, do Ministério da Justiça. Por consequência, faz-se necessário, também, sustar o disposto no parágrafo único do art. 24, que trata da entrada em vigor de tal determinação.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2008.



Senador ROMERO JUCÁ

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA nº 1.220, de 11 de julho de 2007**

Regulamenta as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres.

**Art. 19.** A vinculação entre categorias de classificação e faixas horárias de exibição, estabelecida por força da Lei nº 8.069, de 1990, dar-se-á nos termos seguintes:

- I** – obra audiovisual classificada de acordo com os incisos I e II do artigo 17: exibição em qualquer horário;
- II** – obra audiovisual classificada como não recomendada para menores de 12 (doze) anos: inadequada para exibição antes das 20 (vinte) horas;
- III** – obra audiovisual classificada como não recomendada para menores de 14 (catorze) anos: inadequada para exibição antes das 21 (vinte e uma) horas;
- IV** – obra audiovisual classificada como não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos: inadequada para exibição antes das 22 (vinte e duas) horas; e
- V** – obra audiovisual classificada como não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos: inadequada para exibição antes das 23 (vinte e três) horas.

**Parágrafo único.** A vinculação entre categorias de classificação e faixas horárias de exibição implica a observância dos diferentes fusos horários vigentes no país.

### **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

---

**LEI Nº 10.359, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001.**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

---

**DECRETO Nº 6.061, DE 15 DE MARÇO DE 2007.**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 10/4/2008.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF**

(OS:11895/2008)